



Relato Policial

O CONTROLE SOCIAL E A POLÍCIA: ALIANÇA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS DE FOGO

Xavier Antonio Dávila Rueda*

INTRODUÇÃO

Geralmente, o problema da delinquência e o crime organizado se conceituam como problemas a serem resolvidos pelos corpos policiais. Por isso, não é de se imaginar que a cidadania exerça um controle social ativo, sistemático e relevante nesses temas. Menos imaginável ainda é que seja a Polícia Nacional que promova e gere condições para que a comunidade exerça o controle social sobre as ações policiais e sociais para a prevenção do delito.

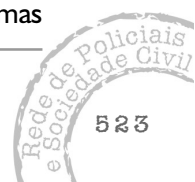
Por essa ocasião, resolvemos apresentar a experiência recente da Nicarágua, que ilustra o modelo de Polícia Comunitária Pró-ativa que desenvolvemos ao longo dos últimos 28 anos, e que se baseia precisamente numa aliança permanente e estratégica entre a instituição policial e a sociedade, com o fim de exercer o controle social.

Nós, nicaraguenses, estamos construindo a segurança cidadã, mão a mão, vencendo dificuldades, gerando sinergias institucionais e comunitárias. Para isso, fortalecemos cada dia mais a aliança entre a Polícia e a Comunidade e promovemos a auditoria social para avaliar e gerar mudanças que nos permitam um maior desenvolvimento, assim como alcançar novos patamares.

O MODELO POLÍCIA COMUNITÁRIA PRÓ-ATIVA: ANTECEDENTES DE ORIGEM

A Polícia Nacional da Nicarágua, desde sua fundação em setembro de 1979, assumiu como princípios fundamentais: o serviço à comunidade e ao humanismo. Para assegurar organicamente o serviço à comunidade criou-se uma função de vínculo permanente com a comunidade que denominamos “Chefe de Setor”, um funcionário (a) policial designado para atender um setor territorial que populacionalmente corresponde a cinco mil habitantes em média. A missão do Chefe de Setor é representar o sistema policial numa comunidade determinada, conhecer seus problemas

*Comissionado Major, Diretor de Armas e Explosivos Polícia Nacional de Nicarágua



e necessidades de segurança cidadã, gerir a resposta policial, promover a organização comunitária para gerar uma resposta social ao problema e trabalhar conjuntamente com a comunidade no desenvolvimento local.

Até a data, as comunidades se apropriaram deste sistema. Exigem e reclamam a presença e o bom desempenho do Chefe de Setor, se fazem ouvir através deste funcionário (a), trabalham em conjunto buscando soluções sociais para os problemas de segurança cidadã, motivam e demandam ações das entidades públicas que devem intervir na situação e das entidades privadas locais que possam contribuir para o desenvolvimento social e econômico.

O desenvolvimento desta experiência se deu gerando reformas organizacionais no sistema policial, condicionadas pelos momentos históricos, as mudanças sociais, políticas e econômicas na sociedade nicaragüense, as quais abordamos a seguir.

O MODELO POLÍCIA COMUNITÁRIA PRÓ-ATIVA: DESCRIÇÃO

É o procedimento para dispor os serviços policiais ao serviço da comunidade para a identificação de problemas e a abordagem conjunta dos mesmos, em busca da prevenção do delito, da segurança humana e da ordem.

É um desenvolvimento constante das capacidades, aptidões e habilidades mediante a capacitação e preparação contínua, criando competências para a solução de problemas ligados à prevenção policial e social, promovendo a gestão comunitária e interinstitucional.

O pró-ativismo se considera como sendo a prevenção policial em que prevalece o sistema pró-ativo sobre o reativo, o que requer um policial bem informado e capacitado para prever situações delitivas, facilitando com sua atuação a solução de problemas antes que estes apareçam, existindo coordenações entre as unidades, respondendo de maneira rápida e eficaz às necessidades da cidadania, sendo facilitadores na resolução de problemas sociais, em que o cidadão é a razão de ser e para o qual se deve prestar o serviço policial.

Faz-se ênfase em processos de inteligência policial, como um sistema mediante o qual todos e cada um dos integrantes da Polícia geram informação (através da comunidade, contatos com a população etc.) e depositam a mesma num banco de dados da unidade. Sendo processada, passa por tratamento administrativo, operativo e de retroalimentação.

Aplica-se como método de gestão e tomada de decisões um processo que denominamos Método dos 6 pontos:

Ponto 1 INSUMOS: Consultas e consenso em nível local para priorizar e hierarquizar os problemas da comunidade e alternativas de soluções possíveis, melhorando o conhecimento dos líderes locais sobre as responsabilidades da instituição em sua competência.

Ponto 2 ESTRATÉGIA: Com as consultas e consenso o chefe deve elaborar uma Estratégia de intervenção que envolva todo o sistema policial.

Ponto 3 PLANEJAMENTO: Determinar objetivos, metas e ações pertinentes para dar solução aos problemas identificados como prioritários pela população.

Ponto 4 AÇÃO: Execução das ações de forma sistêmica, desenvolvendo comunicação efetiva vertical e horizontal, compartilhando experiências, alinhadas com metas institucionais e da comunidade.

Ponto 5 COMUNICAÇÃO: Divulgação dos resultados do processo de trabalho através da comunicação interna e externa.

Ponto 6 RETROALIMENTAÇÃO: Processo mediante o qual socializamos os resultados esperados e trocamos experiências, conquistas e dificuldades para a melhora contínua.

Este modelo está em processo de melhora contínua, sua aplicação está condicionada pelas capacidades instaladas em cada jurisdição policial. Em algumas delegações policiais sua aplicação é parcial, atendendo aos recursos disponíveis e complexidades do entorno.

EXPERIÊNCIA DE CONTROLE SOCIAL SOBRE AS ARMAS DE FOGO

I. Contexto da experiência

a) A Lei especial para o controle e regulação das armas de fogo, explosivos, munições e outros materiais relacionados é de recente promulgação (2005), pelo que se requer criar condições na sociedade (conhecimento, sensibilização, compromisso) para sua aplicação cidadã.

b) O propósito institucional da experiência que apresentamos se define como divulgação direta da Lei de Armas aos Comitês de Prevenção Social do Delito existentes nos Departamentos de Manágua, Masaya e Granada, e para obter um diagnóstico da problemática social e delitiva que geram as armas de fogo, explosivos, munições e outros materiais relacionados nessas localidades.

c) O propósito comunitário se define como avaliação do desempenho da Polícia Nacional e estabelecimento de demandas de Segurança Cidadã.

2. Estratégia de intervenção

a) Contratação de uma empresa consultora que organize e execute a intervenção com perfil civil e enfocada em temas de segurança cidadã e prevenção social, para que documente os resultados.

b) Organizar eventos de comunicação participativa entre a Polícia Nacional e as comunidades, através das organizações comunitárias existentes que trabalham o tema de segurança cidadã (Comitês de Prevenção Social do Delito). Estes eventos foram definidos como Grupos Focais.

3. Metodologia

a) A Delegação de Polícia local convoca uma reunião entre os Comitês de Prevenção Social do Delito do setor geográfico de seu interesse para abordar o tema.

b) O tema se organiza mediante um programa indutivo que vai gerar interesse e participação das pessoas participantes:

1. A Polícia Nacional expõe a situação delitiva relacionada a armas de fogo

2. A Polícia Nacional expõe os principais temas da Lei de controle de armas que interessa divulgar com prioridade.

3. A empresa consultora gera a troca de opiniões sobre cada um dos temas de maneira participativa e produtiva. Neste processo se evitou a influência e o viés que pudessem exercer os oficiais de polícia, limitando-os a responder aspectos específicos do interesse dos participantes.

4. As pessoas presentes expressam seus pontos de vista, sua definição dos problemas, suas demandas e prioridades, e recomendam estratégias para superar os problemas.

RESULTADOS OBTIDOS

Os principais problemas identificados pela comunidade são expressos da seguinte forma:

- Existência de armas fabricadas artesanalmente por jovens que se reúnem para alterar a ordem pública e gerar violência juvenil.
- Uso indevido de armas de fogo por pessoas com licença de porte de armas, disparando, alterando a ordem pública e expondo pessoas ao perigo.
- Guardas de segurança de Empresas Privadas de Vigilância apresentam desempenho negligente e alguns agem em cumplicidade com delinqüentes.
- Existe comercialização de produtos pirotécnicos à margem da Lei, em lugares não autorizados (mercearias ou comércios de bairro), e venda a menores de idade.
- Roubos utilizando armas de fogo em alguns lugares de uso público como parques, entorno de bares e entrada a distritos.
- A comunidade perdeu a confiança no desempenho policial devido às fragilidades na prevenção, relacionadas com a inexpressiva presença policial, fraca capacidade de resposta às denúncias e alta rotatividade dos oficiais com bom desempenho.
- A delinqüência tem mais recursos do que a Polícia Nacional.
- O organismo comunitário apresenta um baixo nível de organização e se sente sem proteção para agir em apoio à Polícia Nacional.
- Fabricação de produtos pirotécnicos em lugares inadequados (moradias e fábricas de tortilhas) e seu uso imprudente por pessoas que organizam eventos públicos e por cidadãos comuns em família.
- No uso de explosivos industriais, as explosões danificam propriedades e provocam danos à saúde nas comunidades ao redor.

- Uso indevido de armas de fogo em zonas rurais, realizando caça de animais em lugares que a Polícia não tem capacidade de vigiar.
- Grupos delinqüentes vindos de fora realizam roubos utilizando armas de fogo em moradias, veículos e comércios.
- Pessoas portam armas de fogo durante festas religiosas.
- Excesso de venda e consumo de bebidas alcoólicas geram fatores de risco no uso indevido de armas de fogo.
- As empresas privadas de vigilância não provêm a capacitação adequada de seus guardas de segurança, o que tem permitido que os guardas transgridam a Lei.
- Comercialização de produtos pirotécnicos em lugares não autorizados tais como mercearias (comércios de bairro) e queima de pólvora negligente, que coloca em risco a vida de pessoas e, em alguns casos, também de animais.

AÇÕES E ESTRATÉGIAS PROPOSTAS PELA COMUNIDADE

- Identificar e aplicar a Lei nas oficinas que fabricam armas artesanais.
- Descobrir as pessoas que têm armas artesanais para confiscá-las e aplicar as sanções correspondentes.
- Intensificar a vigilância e presença policial nos lugares com tendência à ocorrência de delitos, modificando a tática de intervenção e implementando unidades móveis de prevenção.
- Orientar o trabalho de prevenção social a eliminar as condições que facilitam a atividade delitiva, tais como: lugares sem iluminação, terrenos abandonados, venda e consumo de álcool etc.
- Superar as fragilidades locais na relação polícia e comunidade.
- Exercer controle social sobre pessoas que têm condutas indevidas fazendo uso de armas de fogo.
- Melhorar a resposta policial ao chamado de emergência.
- Melhorar o sistema de supervisão interna da Polícia Nacional, apoiado pela comunidade.

- Avaliar sistematicamente o desempenho dos guardas de segurança, de forma conjunta entre polícia e comunidade.
- Melhorar os critérios de seleção e contratação do pessoal que integra as empresas de segurança privada, estabelecendo um controle cruzado entre Polícia e Comunidade. Particularmente, incidir na capacitação sobre a Lei de Controle de Armas de Fogo.
- A polícia e a comunidade promoverão a divulgação e publicidade pertinente das leis, utilizando os meios de comunicação social.
- Facilitar informação que possibilite à Polícia Nacional prevenir e sancionar a fabricação e uso de armas artesanais.
- Intensificar a vigilância e a presença policial nos arredores de bares, parques e entrada de distritos, exercendo controle sobre grupos de pessoas.
- Orientar o trabalho de prevenção social a incidir sobre pais de família, para que exerçam sua autoridade sobre seus filhos jovens, e responsabilizar os tutores sobre danos que ocasionem os menores de idade, implementando como sanção o trabalho comunitário.
- Recompensar os chefes e oficiais da polícia que fazem um bom trabalho com a comunidade e ampliar capacidades em delegações, segundo o crescimento populacional em municípios e comunidades.
- Apoiar um orçamento maior para a Polícia Nacional que permita uma maior presença preventiva, a criação e fortalecimento de delegações em distritos e bairros.
- Revisar e ajustar o papel dos organismos comunitários e fortalecê-los para que permitam um melhor desempenho em sua função de prevenção social do delito.
- Desenvolver campanhas de comunicação e capacitação para a população em matéria de prevenção social do delito.
- Desenvolver uma campanha educativa em conjunto entre Polícia e Comunidade para sensibilizar fabricantes de produtos pirotécnicos, cidadãos e, especialmente, as crianças e os pais de família.
- Criar pontos de venda autorizados, selecionando os lugares em conjunto pela Polícia e a Comunidade.

- Inspecionar estes lugares e aplicar a Lei.
- A Polícia Nacional deve regular a potência e as condições adequadas para efetuar as explosões industriais.
- A Polícia Nacional deve exigir a divulgação da programação de explosões para favorecer a supervisão de autoridades comunitárias.
- Intensificar a vigilância e controle de porte de armas de fogo em via pública.
- Exercer um controle social sobre os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, a fim de evitar excessos na venda.
- Desenvolver uma campanha para evitar o consumo excessivo de álcool.
- A Polícia Nacional deve ser mais exigente no cumprimento dos requisitos para autorizar o funcionamento de empresas de vigilância privada e supervisionar sistematicamente o desempenho dos guardas de segurança.

CONCLUSÕES

1. A problemática de segurança cidadã entre uma localidade e outra não é necessariamente a mesma, e se algum fator se repete, este não tem a mesma dimensão nem a mesma prioridade na demanda social em ambas as comunidades.

2. Se não existe uma comunicação e relação sistêmica entre polícia e comunidade, a polícia não pode conhecer com precisão a situação de segurança da população, nem suas expectativas. Muito menos haverá uma participação social ativa na construção da segurança cidadã.

3. A sinergia criada no trabalho conjunto entre polícia e comunidade permite um impacto decisivo no bem-estar local.

4. O enfoque de trabalho local facilita as operações policiais e a ação social.

5. É possível aplicar a prevenção social em temas complexos como o tráfico ilícito de armas de fogo.